

HABEAS CORPUS Nº 493.858 - GO (2019/0045917-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARUZAN ALVES DE MACEDO E OUTRO
ADVOGADOS : MARUZAM ALVES DE MACEDO - MG041134
RAMON RIBEIRO DE MACEDO - MG126084
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : THIAGO DE JESUS ROSA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THIAGO DE JESUS ROSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás proferido no HC n.º 5026433.66.2019.8.09.0000.

Consta dos autos que o Paciente – preso temporariamente no dia 20/12/2018 – teve a prisão preventiva decretada em 17/01/2019, após requerimento do Ministério Público Federal e representação da Autoridade Policial. O Agente é investigado pela suposta prática do delito de homicídio, na forma tentada, em 27/10/2018, em concurso de agentes.

Inconformada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Nas razões do *writ*, alega-se, em síntese, a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, bem como a carência de fundamentação do *decisum*. Argumenta-se que "*os motivos invocados apontam abstratamente a periculosidade do agente evidenciada apenas pelo modus operandi do delito, que cede espaço a uma decisão genérica, com argumentação parca, trazida como fundamento neutro, dissociada de qualquer circunstância do caso em análise*" (fl. 6).

Requer-se, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que se

consignou no acórdão impugnado (fls. 17-18; sem grifos no original):

"Sendo assim, as circunstâncias descritas pela vítima na delegacia, notadamente a forma e os meios empregados na suposta prática delitiva, consubstanciada na hipotética participação do ora paciente em crimes de tentativa de homicídio e corrupção de menor, quando, em tese, juntamente com o coacusado Cristian e o menor B., todos armados, invadiram a residência do ofendido Jhonatan Gabriel Dias Oliveira, proferiram ameaças de morte e efetuaram disparos de arma de fogo, demonstram a maior periculosidade social do paciente, convalidando o cárcere para garantia da ordem pública.

[...]

*Desse modo, a medida extrema aplicada ao paciente encontra sustentação na **garantia da ordem pública, em razão do modus operandi supostamente empregado e a quantidade de agentes**, evidencia maior periculosidade do agente, constituindo motivação idônea para a prisão preventiva.*

Ressalte-se que mencionadas circunstâncias indicam que outras medidas cautelares diversas à constrição corporal não são suficientes, tampouco adequadas."

Como se percebe, tais fundamentos não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, tendo sido amparada a custódia na **especial gravidade da conduta**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Com igual conclusão, destaco o seguinte julgado:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (5 VEZES). ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MODUS OPERANDI. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. As prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

*2. O decreto da prisão preventiva está idoneamente fundamentado, sobretudo, na gravidade em concreto dos delitos e na periculosidade do agente, que disparou arma de fogo contra as vítimas em um velório, sem se importar com as outras pessoas presentes, motivado por disputa de pontos de tráfico de drogas, **demonstrando alta periculosidade e falta de apego com a vida humana.***

3. Eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, isoladamente, conduzir à revogação da prisão preventiva.

4. *Concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da prisão preventiva, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.*

5. *Recurso em habeas corpus improvido.*" (RHC 104.275/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 01/02/2019; sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância para que preste esclarecimentos pormenorizados sobre a tramitação do processo-crime, devendo, ainda, encaminhar a chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora